

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

ATA - 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDRS

ATA DA REUNIÃO: 100ª Reunião Ordinária do CEDRS **DATA:** 06 de maio de 2014
INÍCIO: 10h20 **TÉRMINO:** 12h35
LOCAL: Auditório – Prédio Anexo - SEAG

Secretário Executivo: Clésio Antônio Brandão

Relatora: Lenise Lima Rabelo

1. PARTICIPANTES

1.1. Presentes

(T) Conselheiro-Titular (S) Conselheiro-Suplente (C) Convidado (O) Outros
(P) Presidente (SE) Secretário Executivo (R) Relator

Entidade	Representante	Telefone	E-mail	Classe
SEAG	Enio Bergoli da Costa	(27) 3636-3725	secretario@seag.es.gov.br	P
SEAG/GEAF	Clésio Antônio Brandão	(27) 3636-3717	clesio@seag.es.gov.br	SE
SEAG/GEAF	Lenise Lima Rabelo	(27) 3636-3683	pronaf-es@seag.es.gov.br	R
SEAG/GEAF	Rainer R. Bonzano Comper	(27) 3636-3687	comper@seag.es.gov.br	O
SEAMA	Anazelia Magda Tedesco	(27) 3636-2576	atedesco@seama.es.gov.br	S
IDAF	José Olavo Belon	(27) 3132-1564	jbellon@idaf.es.gov.br	T
CEF	Marcos André da Silva	(27) 3357-5500	marcos-andre.silva@caixa.gov.br	S
Banco do Brasil	Samuel Valandro	(27) 3331-2639	samvalandro@bb.com.br	S
BNB	Sonia Lucia de Oliveira Santos	(27) 3371-3673	sonialucias@bnb.gov.br	S
DFDA	Josean de Castro Vieira	(27) 3185-9058	josean.vieira@mda.gov.br	T
INCRA	Ricardo Muniz Stroligo	(27) 3185-9050	ricardo.stroligo@vta.incra.gov.br	T
FAES	Liliane Ferreira Fundão	(27) 3185-9209	liliane@faes.org.br	S
FETAES	Reginaldo Armelão	(27) 99933-2142	armelao@terra.com.br	T
APTA	Demetrius de Oliveira Silva	(27) 3763-5895	demetrius@apta-wa.org.br	S
MPA	Dorizete Cosme	(27) 3727-0055	dorizetecosme@yahoo.com.br	T
Comissão Estadual de Mulheres	Ediane Barbosa	(27) 3223-3677	ediane-b@hotmail.com	T
Comissão Estadual de Jovens	Ranielle Badiani Binanchi	(27) 3223-3677	juventude@fetaes.org.br	T
Coord. Est. Comunidades Quilombolas	Katia Santos Penha	(27) 99876-5327	penha.katia@gmail.com	T
INCAPER	Agno Tadeu da Silva	(27) 3248-1181	cschefia@incaper.es.gov.br	C
INCAPER	Miguel Angelo Aguiar	(27) 3636-9807	miguel@incaper.es.gov.br	O
SEAG	Decimar Schultz	(27) 99724-9662	organica@seag.es.gov.br	C
UTE/ES	Marcela Aline G. Carvalho	(27) 3233-4743	ute@idaf.es.gov.br	C
UTE/ES	Edson Batista Pereira	(27) 3233-4651	ute@idaf.es.gov.br	C
STR – Domingos Martins	Delimar Endringer	(27) 3268-1422	strdmmf@teiasat.com.br	C
Secretaria Agricultura Domingos Martins	Darci Schaefer	(27) 99932-4833	darciagricola@yahoo.com.br	C
STR – Domingos Martins	Adir Chagas Klein	(27) 99928-0995	adirchagasklein@hotmail.com	C

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

1.2. Membros com ausência justificada

Entidade	Representante	Telefone	E-mail	Classe
SEADH	Mabel Meira Grillo Vieira	(27) 3636-6829	mabel@seadh.es.gov.br	T
SEADH	Marildes Gomes da Silva	(27) 3636-6828	marildes@seadh.es.gov.br	S
INCAPER	José Braz Venturim	(27) 3636-9820	jventuri@incaper.es.gov.br	S
FOSEMAG	Edson Fosse Filho - Titular	(28) 3558-1764	edsonfosse@gmail.com	T
FOSEMAG	Manfredo Kruger	(27) 3263-4826	agropecuaria@pmsmj.es.gov.br	S
MST	Joãozinho Santos de Souza	(27) 99949-7587	joaozinhomstes@yahoo.com.br	T
MST	Daniel Mancio	(27) 99754-5760	d_mancio@yahoo.com	S
RECOTES	Jhonne Gomes dos Santos		jhongomes@hotmail.com	T
RECOTES	Paulo Decotelli da Silva	(28) 99904-1588	ellidecot@hotmail.com	S

1.3. Entidades Ausentes

MAPA, FUNAI, MEPES, UNICAFES, FECOPES, Associação Indígena Tupiniquim e Guarani do Espírito Santo - AITG

2. EXPEDIENTE

Foi solicitada a assinatura na lista de presença, tanto dos membros como dos convidados.

Distribuição de cópia dos seguintes documentos:

- Ata da 99ª Reunião do CEDRS
- Atas da 73ª Reunião da Câmara Técnica de Política Fundiária
- Convocatória desta 100ª reunião do CEDRS

Verificado o quorum, o Secretário Executivo do CEDRS iniciou a reunião agradecendo a presença de todos.

3. PAUTA DA REUNIÃO

I PARTE:

1. Palavra do Presidente – Secretário de Estado da Agricultura (5min);

II PARTE: Ordem do dia

2. Informes da Secretaria Executiva do CEDRS (5min);
3. Aprovação da Ata da 99ª Reunião Ordinária do CEDRS (5min);
4. Deliberação sobre os encaminhamentos da Câmara Técnica de Política Fundiária (10min);
5. Apresentação, pelo INCAPER, dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos nos territórios, objetos de Chamada de Ater 10/2012 – Sustentabilidade (20min);
6. Palavras dos Conselheiros (10min);
7. Assuntos Gerais (10min).

4. ASSUNTOS TRATADOS

4.1.O Presidente Enio Bergoli agradeceu a presença de todos, apresentou e deu as boas vindas às novas conselheiras Ediane Barbosa, Ranielle Badiani Binanchios e Katia Santos Penha, que representam a Comissão Estadual de Mulheres, a Comissão Estadual de Jovens e a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas, respectivamente. Informou que um dos pontos principais da pauta seria a análise do Processo Administrativo nº 64525163, instaurado pela UTE/ES, conforme Norma de Execução 01/2011, da SRA/MDA, e que, apesar do caráter de urgência, achou por bem não tomar nenhuma decisão *ad referendum*, preferindo submeter a análise ao plenário, já que era um assunto muito sensível e que merecia muito cuidado quanto ao encaminhamento.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

- 4.2. Foram solicitadas as seguintes correções na ata da 99ª reunião ordinária do CEDRS: a Conselheira Sonia solicitou que fosse corrigido o local de realização do encontro estadual da RECOTES, para o município de Serra (item 4.19). O Conselheiro Josean solicitou que, no item 4.18, fosse alterado o texto que diz que “cada família havia recebido” para que “cada família tem disponível o valor de R\$2.480,00 para a implantação de um projeto produtivo e 120 famílias já contrataram.” O Conselheiro Demetrius solicitou a inclusão de sua reivindicação (item 4.15,) para que houvesse, por parte da SEAG, a disponibilização de uma equipe técnica especializada para dar suporte aos municípios na implantação de agroindústrias familiares. Colocada em votação, a ata da 99ª Reunião Ordinária do CEDRS foi aprovada, com as correções solicitadas, com apenas uma abstenção.
- 4.3. Miguel Angelo de Aguiar, do INCAPER, suplente do Coordenador da Câmara Técnica de Política Fundiária, apresentou os pontos de pauta analisados pela Câmara Técnica de Política Fundiária, em sua 73ª reunião. Informou que a Câmara Técnica de Política Fundiária recomendou a aprovação do Planejamento Operativo Anual Estadual - POA 2014 – Espírito Santo, ressaltando que era resultado da oficina estadual realizada pela Unidade Técnica Estadual – UTE/ES, nos dias 03 e 04 de abril de 2014. Miguel informou sobre alguns pontos abordados pelo POA, dando destaque ao quadro de “Recursos Humanos disponibilizados na UTE para execução do PNCF”, que representa o maior gargalo para o desenvolvimento do programa no Estado. O Conselheiro Josean propôs que fossem gerados documentos formais: um para o MDA, relatando as dificuldades que o sistema tem enfrentado a nível nacional e solicitando providências para os problemas identificados; e outro para o Governador do Estado, solicitando que se encontre uma forma de se constituir uma equipe efetiva, lembrando que o programa já foi incluído no planejamento Estadual. Colocado em votação, o Plano Operativo Anual da UTE/ES foi aprovado, com apenas uma abstenção (Anexo I).
- 4.4. Continuando, Miguel informou sobre o outro ponto de pauta que foi a análise do processo administrativo nº 64525163, autuado em 14/11/2013, pela UTE/ES, que trata da apuração de descumprimento de cláusulas contratuais e inobservância dos normativos que regem o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, em nome da Associação Comunitária Nossa Terra, no município de Domingos Martins – Programa Banco da Terra. Miguel esclareceu que a UTE/ES, com base na Norma de Execução nº 01 SRA/MDA, de 29 de junho de 2011, e, também, em vistorias realizadas por técnicos da Unidade, se manifestou favoravelmente pela antecipação total das dívidas dos contratos de financiamento em situação de inadimplência, em torno de R\$30.000,00 por família e, a seguir, encaminhou a decisão ao CEDRS, como disposto nos artigos 4º e 14 da citada Norma de Execução (Anexo II). Miguel informou, também, que a Câmara Técnica de Política Fundiária decidiu por realizar uma visita à Associação, em 15/04/2014, para discutir o assunto com os associados. De acordo com o apurado nesta oportunidade, foi comprovado que existiam, realmente, as irregularidades apontadas pela UTE/ES. Não obstante, os membros da Câmara Técnica de Política Fundiária, ficaram muito sensibilizados com a situação dos trabalhadores rurais que ali vivem e cultivam suas glebas. Em sua 73ª reunião, realizada em 29/04/2014, a Câmara Técnica, após muitos debates, colocou o assunto em votação que concluiu, por 4 (quatro) votos a favor, que o assunto fosse encaminhado ao Ministério Público, visando a propositura de Termo de Ajuste de Conduta – TAC para o saneamento das irregularidades encontradas. Outros 3 (três) votos contrários foram favoráveis ao encaminhamento proposto pela UTE/ES. Miguel relacionou, ainda, os tipos de irregularidades encontradas: venda de parte da área coletiva da Associação à terceiros, para pagamento das prestações do programa; dos 20 mutuários originais, somente seis ou sete continuavam na área, sendo que os demais negociaram suas glebas com outros que não se enquadram nos critérios de elegibilidade do programa. Lembrou, ainda, que todos respondem solidariamente pela Associação.
- 4.5. O Conselheiro Josean informou que esteve presente à visita em Domingos Martins, e passou a justificar a posição da Delegacia Federal do MDA quanto ao encaminhamento dado pela Câmara Técnica de Política Fundiária. Lembrou que, como é a primeira vez que isto está acontecendo com o Programa no Estado, a Câmara Técnica decidiu por adotar, com cautela, todas as medidas possíveis para evitar qualquer lacuna na avaliação, que possa, assim, levar a qualquer tipo de injustiça com a aplicação de medidas corretivas. Assim, o Conselheiro Josean apresentou, aos demais Conselheiros, o histórico de todo o processo, esclarecendo que este contrato, do extinto Programa Banco da Terra, objeto do processo Administrativo, possui mais de 12 anos, época em que não havia UTE/ES e nem sequer MDA. O Conselheiro Josean informou, ainda, que os beneficiários deste programa não receberam assistência técnica neste período, e até os dias de hoje, ainda não detêm informações detalhadas sobre as regras do Programa. Segundo ele, muitos, inclusive, entraram no

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

Programa sem ter pleno conhecimento sobre o tamanho da dívida que estariam assumindo. De acordo com o Conselheiro Josean, este processo teve início quando houve uma solicitação da Associação para a UTE/ES, para a regularização dos lotes. Assim, técnicos da Unidade foram à comunidade, quando, nesse momento, tiveram ciência das irregularidades. Na visita realizada à comunidade, os membros da Câmara Técnica pautaram a reunião de acordo com as irregularidades apresentados pela UTE/ES, quesito por quesito. Ao serem questionados pela venda ilegal da área coletiva, os trabalhadores afirmaram que se reuniram, como Associação, e decidiram pela venda da área para quitar a dívida com o agente financeiro, que cobrava o pagamento. A justificativa foi a de que estava escrito no contrato que “a área coletiva era para isto”, ou seja, que constava no contrato que a área coletiva seria “para ajudar a pagar ao Banco”. O Conselheiro Josean esclareceu que a interpretação havia sido equivocada, pois a cláusula tratava do pagamento, através do lucro obtido com a produção a ser colhida na área. Lembrou, também, que houve o incentivo para a criação de uma associação, mas que os trabalhadores não possuíam, e nem possuem, tanto conhecimento sobre o que é uma associação, uma vez que, nestes 12 anos, sempre acreditaram que se a Associação aprovasse, o assunto estaria resolvido. Assim, segundo os trabalhadores, para a mudança de beneficiário, bastava a Associação aprovar. Perguntados sobre os critérios de elegibilidade dos candidatos, os trabalhadores afirmaram não saber do que se tratava. O Conselheiro Josean citou outros casos de irregularidades, como a de pessoas que seriam os beneficiários, mas que não foram encontradas nos lotes. No caso de um deles, Sr. Francisco, por exemplo, foi encontrado o genro morando e explorando o lote, que justificou a saída do sogro por motivo de saúde. O Conselheiro Josean relatou que, também nas irregularidades envolvendo a troca de beneficiários, não foram constatados indícios de má-fé, uma vez que os trabalhadores não procuraram esconder qualquer transferência, informando que constam em ata todas as aprovações das transferências. Lembrou, também, que a área onde está implantado o empreendimento é de grande interesse imobiliário, vizinha a muitos sítios de lazer, valorizada pela sua posição geográfica, ao lado do Parque do China. Assim, se for aprovada a execução, o Banco leiloará a área e isto irá privilegiar, inclusive, pessoas que estão lá e não se enquadram no programa, mas que tem condições de adquirir toda a área. E, neste caso, esses trabalhadores, que nem conseguem pagar ao Banco, não terão mais direito a qualquer outro programa público de acesso a terra. Assim, a proposta foi de elaboração de TAC, com a retirada de famílias que adquiriram as terras de forma irregular, inclusive a área coletiva, e continuação com o processo de individualização. O Conselheiro Josean concluiu a posição da DFDA/ES, afirmando que as famílias incluídas em programas federais, também estão sob a tutela do Estado e que esses trabalhadores não foram os únicos culpados pela sequência de irregularidades, mas que parte da culpa também caberia a outros. Miguel, do Incaper, concordou que houve realmente a ausência do Estado.

- 4.6. O Conselheiro Demétrius, da APTA, indagou qual a base legal para a pactuação do TAC. O Conselheiro Josean esclareceu que a Advocacia Geral da União (AGU) foi consultada e confirmou que a lei permite, desde que não estivesse caracterizada má-fé.
- 4.7. Edson, Técnico da UTE/ES, esclareceu que foi um dos técnicos que elaborou os relatórios e que o principal problema foi a venda da área coletiva. Informou que, legalmente, de acordo com a normatização, a UTE/ES não tinha como fundamentar a pactuação do TAC, pois houve realmente a quebra de contrato e, para a regularização, tem que existir uma forma de desfazer a venda da área coletiva por R\$40.000,00, com a retomada da área pela Associação. Concluiu informando que o processo deve seguir para o MDA e Ministério Público, sendo que este pode enviar para a Polícia Federal para abertura de inquérito. O Conselheiro Josean solicitou informações sobre a data das normativas, lembrando que o contrato em vigor data do ano de 2006. O Técnico Edson informou que é de 2011 e do ano passado. O Conselheiro Reginaldo lembrou que a UTE/ES assumiu o Programa Banco da Terra há pouco tempo, visto que era da responsabilidade da SEAG. Confirmou que, durante os últimos 12 anos, os beneficiários ficaram mesmo sem qualquer atendimento, a exemplo de outros empreendimentos. Lembrou, ainda, que a venda da área coletiva se caracteriza como uma venda ilegal, já que a área pertence ao Governo Federal e não a quem vendeu.
- 4.8. O Conselheiro Demetrius lembrou que já existiu denúncia também envolvendo o Programa Nacional do Crédito Fundiário e reivindicou que o encaminhamento deve ser o mesmo para o que está sendo tomado para este empreendimento do Programa Banco da Terra. Informou que tem conhecimento de um maior vigor na aprovação dos projetos hoje, em comparação com épocas passadas, mas é uma decisão muito delicada a ser

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

tomada pelo CEDRS. Lembrou que na reforma agrária, existem também as mesmas irregularidades envolvendo os assentamentos.

- 4.9. O Conselheiro Ricardo, do INCRA, esclareceu que muita coisa já mudou nos assentamentos nos últimos 8 ou 9 anos e que está se tentando continuamente a revitalização dos assentamentos. Informou que, nos assentamentos maiores, existiam cerca de 80% de irregularidades e foi realizado um trabalho de identificação, através de diagnóstico, e se recorreu ao Ministério Público que, com a elaboração de TAC, possibilitou a retomada de lotes com irregularidades e posterior assentamento de novas famílias. Lembrou que é um trabalho árduo e demorado, pois as famílias irregulares não saem com uma simples notificação. Assim, com o auxílio do Ministério Público, existe maior possibilidade de retomada das áreas. Informou, ainda, que essa demanda de regularização pela UTE/ES, fortalecia a necessidade de contratação de pessoal qualificado apontado no POA, de acordo com a proposta do Conselheiro Josean de se encaminhar dois documentos, conforme descrito no item 4.3. desta ata.
- 4.10. O Conselheiro Dorizete, do MPA, concordou com o Conselheiro Demetrius e afirmou que o seu posicionamento, enquanto Conselheiro, é de não concordar com a posição da UTE/ES. Afirmou que era preciso levar em consideração todas as reflexões para que se encontrasse o impacto menos prejudicial para que essas famílias possam ter a oportunidade de continuar vivendo nessa terra. E concluiu afirmando que era preciso que o Estado cumprisse o seu papel, na sua integridade.
- 4.11. Miguel informou que outros processos, com problemas idênticos, também estavam sendo acompanhados pela UTE/ES, a pedido do MDA, Ministério Público e Tribunal de Contas da União.
- 4.12. O Conselheiro Samuel, do Banco do Brasil, informou que nunca houve renegociação pela dificuldade de se regularizar os beneficiários. Informou que houve várias tentativas, mas que a rotatividade de beneficiários impossibilitava o registro da escritura. Informou, também, que a dívida bancária, independente de TAC, em algum momento chegará a termo e será executada pelo “dono do crédito”, que, no caso, é a União. Esclareceu que isto ainda não ocorreu em virtude das oportunidades de renegociação disponibilizadas praticamente a cada ano. Porém, não havendo uma resolução vigente, esse crédito, após notificação, é transferido para a Procuradoria da Fazenda, a PGFN, que irá tomar providências para a retomada dos lotes.
- 4.13. O Conselheiro Bellon, do IDAF, propôs que fossem apresentadas ao CEDRS as boas experiências apresentadas na oficina estadual realizada pela Unidade Técnica Estadual – UTE/ES para elaboração do POA.
- 4.14. O Secretário Executivo, Clésio, lembrou que pessoas que haviam aprovado a venda da área coletiva, não eram, necessariamente, beneficiários regularizados e que o voto tem que levar em conta a legitimidade do processo. Assim sendo, colocou em votação a proposta da UTE/ES para liquidação, não obtendo nenhum voto dos conselheiros. A seguir, colocou em votação o encaminhamento dado pela Câmara Técnica de Política Fundiária, para propositura de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, que foi aprovado por todos os presentes, com apenas uma abstenção.
- 4.15. O Chefe do Regional Centro-Serrano do INCAPER, Agno Tadeu da Silva, esclareceu sobre os contratos de ATER, assinados entre o INCAPER e o MDA, resultado de Chamada Pública realizada no ano de 2012. Informou que são contratos para execução de serviços de assistência técnica e extensão rural e promoção da sustentabilidade na agricultura familiar. Lembrou que os trabalhos tiveram como marco o estabelecimento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e suas diretrizes. Assim, o INCAPER concorreu com a proposta para o lote 13 (composto por 7 municípios que compõem o Território Norte) e lote 14 (composto por 6 municípios que compõem o Território Montanhas e Águas). A seguir, descreveu as equipes que integram cada um dos contratos, as metas, as atividades programadas, as rotinas executadas e os cronogramas. Informou, também, que será preciso um ajuste nos cronogramas e que isto já estava sendo discutido com o MDA. A seguir, apresentou os resultados já alcançados. O Conselheiro Demetrius lembrou que já aconteceu uma discussão, há dois anos, sobre essa proposta de Edital do MDA e que as diversas organizações prestadoras de serviços de ATER se posicionaram criticamente quanto a visão produtivista,

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

fragmentada e com um número excessivo de atendimentos por técnico. Lembrou, também, que este modelo contraria a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, que já havia indicado outros parâmetros mais eficientes para a realização deste tipo de serviço. Questionado sobre a posição do INCAPER sobre isto, Agno informou que o INCAPER já fez esta leitura e que fará uma nova proposta para o MDA, no sentido de inserir mais técnicos para diminuição desta relação número de famílias por técnico. Esclareceu, também, que o MDA já se posicionou quanto a considerar essas chamadas como um “laboratório” para se aferir e definir novos parâmetros, se necessário. O Conselheiro Demetrius lembrou que o desejado sempre foi a universalização da ATER e que o próprio INCAPER, através de um desenho elaborado anos atrás, já havia estabelecido um limite máximo que o instituto poderia chegar no Espírito Santo, contando com um percentual que fosse coberto pelas demais prestadoras de serviço. O Conselheiro Josean lembrou que ainda existia a pendência do INCAPER, solicitada pelo CEDRS ao Sr. Maxwel, para informar qual o tipo de atendimento feito pelo Instituto. A convidada Juliana solicita que os trabalhos avancem para os demais territórios. Agno informou que a ampliação era possível e já estava sendo discutida.

4.16. O Secretário Executivo, Clésio Brandão, apresentou aos conselheiros o resultado dos trabalhos de recomposição e atualização de membros e lembrou que três entidades não vêm participando das reuniões do CEDRS: FECOPES, AITG e FUNAI. A Coordenação Estadual dos Quilombolas, também ausente na maioria das reuniões, estava presente, após nomeação de uma nova Titular, a Sra. Katia, que se manifestou informando que a Coordenação estava reorganizando os espaços e voltando a participar do CEDRS.

5. OUTROS ASSUNTOS

5.1. O Conselheiro Dorizete, do MPA, agradeceu a participação na 1ª Festa Capixaba de Sementes Crioulas e convidou todos os presentes a participar de uma audiência pública, a ser realizada no dia 22 de maio, às 10h, em São Gabriel da Palha, para debater a proposta de um projeto de lei para institucionalizar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, como política pública. Esclareceu que é uma iniciativa da Senadora Ana Rita e que conta com o apoio de diversas organizações, movimentos sociais e sindicais. A Conselheira Sonia reforçou que se tratava de um dos encaminhamentos aprovados pela Conferência Estadual.

5.2. A Conselheira Sonia informou que na reunião da Rede Colegiados, realizada em Nova Almeida, foram escolhidos os representantes do Estado que iriam participar do Encontro Nacional a ser realizado em Salvador, nos dias 19 a 22 de maio.

5.3. O Conselheiro Josean convidou os presentes para participarem na construção do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Informou que os Correios são um aliado importante, e que está sendo lançado um selo em comemoração a agricultura familiar, com a logomarca adotada pela FAO. Josean solicitou a inclusão do selo nos lançamentos regionais, quando os Correios realizam o lançamento naquela determinada região. Informou que seria importante fazer o lançamento do selo na Feira da Agricultura Familiar e em todos os eventos a serem realizados e a compra e utilização por parte das entidades presentes.

5.4. O Conselheiro Demetrius informou que foi realizado o Encontro Diálogos e Convergências em Agroecologia, promovido pela Articulação Capixaba de Agroecologia e diversas organizações parceiras. Esclareceu que se tratou de uma atividade preparatória para o Encontro Nacional de Agroecologia que aconteceria em Juazeiro, na Bahia, nos dias 16 a 19 de maio. Agradeceu o apoio da Assin e da Gerência de Agricultura Orgânica da SEAG, reivindicando que a SEAG disponibilize mais estrutura para o desenvolvimento dos trabalhos desta Gerência.

5.5. O Conselheiro Reginaldo informou que será realizado o Grito da Terra Brasil, em Brasília, de 20 a 22 de maio.

5.6. O Gerente de Agricultura orgânica da SEAG, Decimar Schultz convidou a todos para a Semana de Alimentos Orgânicos, celebrada na última semana de maio.

5.7. A Conselheira Sonia informou que estava aberto o Edital do Banco do Nordeste do Brasil, até o dia 16, para patrocínios, na área de atuação do Banco.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

5. ENCAMINHAMENTOS

- 6.1. Encaminhar ofício a UTE/ES informando sobre a deliberação do CEDRS quanto ao processo administrativo nº 64525163 e, a seguir, a Secretaria Executiva do CEDRS, em conjunto com a DFDA/ES, a Secretaria Municipal de Agricultura e o STR de Domingos Martins, deve atuar no processo de regularização da Associação Comunitária Nossa Terra.
- 6.2. Em conjunto com a UTE/ES, a Secretaria Executiva do CEDRS deverá gerar dois documentos formais sobre a situação atual da UTE/ES: um para o MDA, relatando as dificuldades que o sistema tem enfrentado a nível nacional e solicitando providências para os problemas identificados; e outro para o Governador do Estado, solicitando que se encontre uma forma de se constituir uma equipe efetiva.
- 6.3. Em conjunto com a UTE/ES, a Secretaria Executiva do CEDRS deverá apresentar aos conselheiros as boas experiências relatadas na oficina estadual realizada pela Unidade Técnica Estadual – UTE/ES para elaboração do POA.

6. PRÓXIMA REUNIÃO

- 7.1. Data: 03 de junho de 2014
- 7.2. Horário: 9h
- 7.3. Local: Auditório – Prédio Anexo da SEAG

**Esta ata também é um convite para a próxima reunião conforme data, local e horário acima.
Favor confirmar presença.**